



URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO

ATIVO			
	Nota	2020	2019
CIRCULANTE		21.075.321,75	18.951.772,82
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	12.416.252,67	9.960.061,70
Contas a receber	5	5.944.749,79	3.104.459,06
Adiantamentos		348.107,13	431.673,23
Outras Contas a Receber	6/18	1.354.571,50	4.682.243,10
Impostos recuperar		658.023,50	454.151,29
Estoques		353.617,16	319.184,44
NÃO CIRCULANTE		66.727.427,80	64.455.970,53
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.415.759,55	11.978.180,48
Depósitos Judiciais	7	14.090.717,06	11.653.137,99
Empréstimos Compulsórios		325.042,49	325.042,49
INVESTIMENTOS	8	19.437.452,49	19.437.452,49
Imóveis Não destinados a venda		19.395.252,49	19.395.252,49
Outros Investimentos		42.200,00	42.200,00
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	9	32.874.215,76	33.040.337,56
Imóveis		37.364.296,93	37.364.296,93
Equipamentos e instalações		5.377.880,57	5.126.309,39
Veículos		249.541,00	249.541,00
Outras Imobilizações		19.155,70	141.649,63
Imobilizações em andamento		0,00	0,00
Intangível		121.666,85	121.666,85
Depreciação e amortização acumulada		(10.258.325,29)	(9.963.126,24)
TOTAL DO ATIVO		87.802.749,55	83.407.743,35

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO			
	Nota	2020	2019
CIRCULANTE		49.952.097,96	50.022.948,53
Fornecedores	10	13.547.370,36	15.161.868,90
Contas a Pagar	11/19	10.041.655,32	7.442.031,72
Salários e ordenados a pagar		0,00	84.667,12
Obrigações Sociais	12	2.834.566,46	2.643.636,75
Obrigações Tributárias	13	3.808.673,30	3.742.879,39
Parcelamentos Tributários	13	3.461.891,91	5.547.151,11
Provisão p/férias e encargos sociais		5.978.900,54	6.385.251,25
Obrigações por planos comunitários	14	7.423.081,61	7.400.375,55
Adiantamentos de Clientes (FUC)		71.068,95	638.187,51
Outras Contas à Pagar		2.784.889,51	976.899,23
NÃO CIRCULANTE		52.908.155,87	53.159.489,55
Obrigações p/reincorporação de imóveis	15	10.066.791,95	10.066.791,95
Valores Vinculados		5.277,96	5.277,96
Provisão para contingências	16	34.969.113,61	34.978.232,25
Obrigações Sociais	12	0,00	0,00
Obrigações Tributárias	13	1.863.990,86	1.863.990,86
Parcelamentos Tributários	13	6.002.950,99	6.002.950,99
Outras Obrigações		30,50	242.245,54
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a descoberto)	17	(15.057.504,28)	(19.774.694,73)
Capital Realizado	17a	84.144.961,00	84.144.961,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	17b	2.466.858,00	2.466.858,00
Reservas de Capital		16.122.079,00	122.079,00
Reservas de Reavaliação	17c	36.774.032,99	36.774.032,99
Resultados acumulados		(154.565.435,27)	(143.282.625,72)
TOTAL DO PASSIVO		87.802.749,55	83.407.743,35

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO

	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	67.336.533,52	93.255.612,41
Receita de Prestação de Serviços	67.211.763,02	92.874.579,32
Receita de Revenda de Mercadorias	124.770,50	381.033,09
DEDUÇÕES	(6.443.879,43)	(8.621.580,65)
Impostos e Contribuições s/ Vendas	(6.441.958,93)	(8.618.897,95)
Descontos Incondicionais	(1.920,50)	(2.682,70)
RECEITA LÍQUIDA	60.892.654,09	84.634.031,76
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(37.011.553,56)	(41.816.189,23)
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(26.360,46)	(47.259,50)
LUCRO BRUTO	23.854.740,07	42.770.583,03
DESPESAS OPERACIONAIS	(35.178.630,84)	(42.791.992,57)
Despesas gerais e administrativas	(32.359.606,66)	(42.882.700,37)
Despesas com Vendas	(50.850,00)	(48.870,00)
Despesas financeiras	(2.851.683,56)	(823.668,07)
Receitas financeiras	415.554,98	1.181.814,63
Variações Monetárias Passivas – Juros s/Parcelamentos	(332.045,60)	(218.568,76)
RESULTADO OPERACIONAL	(11.323.890,77)	(21.409,54)
OUTRAS RECEITAS	41.081,22	154.616,30
PROVISÕES TRIBUTÁRIAS – IR. e CSLL	0,00	(31.969,61)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(11.282.809,55)	101.237,15
Lucro/Prejuízo por lote por mil ações do Capital Social no final do exercício social (em reais)	(134,09)	1,20

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE REAValiação	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE SUBVENÇÕES E DOAÇÕES P/INVESTIMENTO	TOTAL DE RESERVAS			
SALDOS EM 31/DEZ/2018	84.093.257,00	0,00	966.858,00	122.079,00	1.088.937,00	36.774.032,99	(148.896.400,02)	(26.940.173,03)
AUMENTO DE CAPITAL	51.704,00							51.704,00
TRANSFERÊNCIA P/AFAC 31.12.2019		966.858,00	(966.858,00)		(966.858,00)			0,00
ADIAnt. P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		1.500.000,00						1.500.000,00
APROVEITAMENTO PREJUÍZO FISCAL							5.512.537,15	5.512.537,15
LUCRO DO EXERCÍCIO							101.237,15	101.237,15
SALDOS EM 31/DEZ/2019	84.144.961,00	2.466.858,00	0,00	122.079,00	122.079,00	36.774.032,99	(143.282.625,72)	(19.774.694,73)
AUMENTO RESERVA DE CAPITAL			16.000.000,00		16.000.000,00		0,00	16.000.000,00
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO							(11.282.809,55)	(11.282.809,55)
SALDOS EM 31/DEZ/2020	84.144.961,00	2.466.858,00	16.000.000,00	122.079,00	16.122.079,00	36.774.032,99	(154.565.435,27)	(15.057.504,28)

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: A large signature.
 - Middle right: "V." with a checkmark.
 - Bottom right: "AN" and "ABO" with a checkmark.
 - Far right: A signature.

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



URBS – URBAIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2020	2019
Lucro (Prejuízo) do exercício	(11.282.809,55)	101.237,15
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0,00	6.287.649,64
Aproveitamento do prejuízo fiscal	0,00	5.512.537,15
Depreciação e amortização	295.199,05	349.711,77
(Aumento)/Diminuição dos Ativos Operacionais	(2.104.937,03)	(1.932.729,68)
Contas a receber	(2.840.290,73)	(2.236.776,78)
Outros direitos realizáveis	3.327.671,60	(2.419.351,61)
Impostos a recuperar	(203.872,21)	(443.982,51)
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	(2.437.579,07)	2.893.610,48
Adiantamento a fornecedores	18.081,15	(18.013,26)
Adiantamento a funcionários	65.484,95	460.979,93
Estoques	(34.432,72)	(169.195,93)
(Diminuição)/Aumento dos Passivos Operacionais	(322.184,25)	(7.420.959,77)
Fornecedores	985.125,06	936.440,15
Salários e encargos sociais	(491.017,83)	(1.389.024,81)
Impostos, taxas e contribuições diversas	(1.828.535,58)	(7.562.989,33)
Provisão para contingências	22.706,06	(535.831,46)
Valores transitórios/Planos comunitários	(9.118,64)	27.977,47
Adiantamentos de clientes	(567.118,56)	638.187,51
Outras contas a pagar	1.565.775,24	474.280,70
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	(13.414.731,78)	2.897.446,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Resultado líquido na alienação de Investimentos	0,00	4.994,04
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(129.077,25)	(75.690,27)
Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de investimento	(129.077,25)	(70.696,23)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento reserva de capital	16.000.000,00	51.704,00
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	0,00	1.500.000,00
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	16.000.000,00	1.551.704,00
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	2.456.190,97	4.378.454,03
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	9.960.061,70	5.581.607,67
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	12.416.252,67	9.960.061,70

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações e de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, declarada de utilidade pública e constituída na forma da Lei Municipal nº 6.155, de 26/jun/80, sendo regida por esta e pela Lei Municipal nº 4369, de 25/set/72.

A Companhia tem por finalidade administrar o Fundo de Urbanização de Curitiba, podendo à conta desses recursos, promover a realização de investimentos em projetos e programas de desenvolvimento Urbano do Município de Curitiba e respectiva Região Metropolitana, bem como a comercialização de equipamentos urbanos.

Consoante legislação específica, a Companhia também exerce os poderes delegados pelo Executivo Municipal para gerenciar, administrar, planejar, disciplinar, fiscalizar e delegar a operação de serviços públicos e de utilidade pública municipais.

De acordo com as diretrizes emanadas do acionista controlador, a Companhia direciona-se prioritariamente para as seguintes atividades:

- Aperfeiçoar o planejamento, o gerenciamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo, à curto, médio e longo prazo; e
- Aprimorar a administração e comercialização do uso dos equipamentos urbanos e espaços públicos e tornar os sistemas de deslocamento mais seguros, eficientes e acessíveis.

1.1 IMPACTOS DECORRENTES DA PANDEMIA COVID-19

A pandemia do novo corona vírus (COVID-19) afetou profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, que são reflexo da redução na demanda por bens e serviços.

Como o setor de Urbanização e Transporte é considerado serviço essencial para manutenção dos diversos segmentos da sociedade, entre eles, o industrial e o comercial, à partir de março de 2020, a Administração da URBS emitiu várias normas que tinham por objetivo a contenção da disseminação da doença na Companhia, de forma a minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, econômico-financeiras e técnica, bem como, na sociedade Curitibana e regional em geral, na qual a empresa presta relevante papel.

Neste sentido, a URBS criou uma Comissão Especial de Dirigentes e Colaboradores para adotar e propagar medidas de prevenção ao corona vírus.



Assim, durante o exercício de 2020 foram promovidas relevantes medidas tais como: flexibilizar em dois turnos o expediente de seu quadro funcional, de modo a diminuir a presença simultânea de empregados nos locais de trabalho; o afastamento (sem prejuízo de remuneração) dos colaboradores que pertencem à grupos de risco.

Promoveu-se no período a redução (de maio à agosto) do valor cobrado pelo estacionamento dos seus colaboradores, a adoção de reuniões por videoconferência; a constante melhoria na estrutura física e na sanitização dos locais de trabalho (através da nebulização à frio); a distribuição de máscaras de proteção aos colaboradores; acompanhamento do quadro de saúde dos colaboradores com o apoio da medicina do trabalho, além da disponibilização constante de álcool gel e da aquisição de tapetes sanitizantes e de outros dispositivos para combate à pandemia, preocupando-se também em dar publicidade à estas aquisições, através da publicação em seu portal, das quantidades e valores dos bens e serviços.

Também destacaram-se ações emanadas diretamente à coletividade municipal como o mapeamento da utilização do Transporte Coletivo por setor, a Plotagem de máscaras em Biarticulados, desinfecção de 2.640 pontos de parada de ônibus e de 271 estações tubo, a obtenção de apoio do Exército Brasileiro para manter a taxa de ocupação nos ônibus de no máximo 50%, a suspensão da prova de vida para os usuários do Transporte Coletivo idosos ou portadores de patologias crônicas, dentre outras relevantes ações.

1.1 IMPACTOS ECONÔMICOS DA COVID-19

Diante do cenário de incertezas econômicas resultantes da pandemia do novo corona vírus, a Companhia está acompanhando ativamente os desdobramentos no comportamento econômico e social, sobretudo nas consequências aos usuários e destinatários dos serviços da URBS S/A. A empresa ainda entende existirem riscos na continuidade de sua operação, devido aos contínuos prejuízos operacionais apresentados ao longo dos anos, sendo portanto, anteriores ao advento da pandemia. Contudo, a empresa já demonstrou sua capacidade de reversão desta situação adversa, principalmente, devido à robusta recuperação econômica apresentada no ano de 2019, onde as contas foram superavitárias.

Contudo, cabe apresentar a seguir a mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do novo corona vírus e que afetaram diretamente o resultado do exercício 2020 da empresa:

A URBS, entendendo o delicado momento da economia por conta da COVID-19, promoveu a redução de 50% no valor das Permissões de Uso nos meses de abril a novembro/2020, bem como, a Isenção da Taxa de Permissão de Uso para locais fechados por conta de Decretos visando o combate aos efeitos da pandemia na sociedade.

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



Além disto, foram promovidas postergações no recolhimento de outorgas, desconto de 90% nos valores relativos à transferência de titularidade de táxi para viúvas, herdeiros e autorizatários que apresentassem atestados de incapacidade laborativa; além de isenções de taxas aos taxistas, dentre outras medidas destinadas ao setor.

A Receita Operacional Bruta apresentou um decréscimo de 27,79%, passando de um montante de R\$ 93,2 milhões, para o patamar de R\$ 67,3 milhões. As receitas auferidas à título de Permissão de Uso decaíram cerca de 20%.

Os valores da Receita de Prestação de Serviços passaram de R\$ 4,5 milhões em 2019 para o montante de R\$ 2,6 milhões em 2020, uma queda de aproximadamente 43%. Foram relevantes também as quedas na Receita com Vendas (67%), com Taxas (17%), além da Taxa de Administração do Fundo de Urbanização de Curitiba, reduzida em cerca de 30%, passando de um total de R\$ 35,1 milhões para apenas R\$ 24,4 milhões e da Taxa de Embarque que apresentou decréscimo de 50% (de R\$ 18,7 milhões em 2019 para R\$ 8,6 milhões em 2020).

Por outro lado, a URBS S/A se utilizou dos benefícios da medida Provisória nº. 927/2020 que concedeu o diferimento do FGTS relativo aos meses de março, abril e maio, bem como, da Portaria nº 139/2020 que concedeu prorrogação dos prazos de recolhimento do PIS e COFINS referentes às competências de março e abril, além de prorrogar os prazos de recolhimento do INSS da parte patronal, relativas às competências de março e abril/2020 para os vencimentos 20/08/2020 e 20/10/2020.

A empresa também pôde utilizar-se dos benefícios da Portaria nº 245/2020 publicada em 15/06/2020 que prorrogou o vencimento do PIS e da COFINS relativo a competência de maio/2020, uma vez que seu vencimento originalmente era 26/06/2020 e passou a ser 25/11/2020.

As estratégias e ações da empresa no exercício 2020, apesar de terem sido profundamente afetadas pelas consequências da pandemia e das inúmeras medidas de enfrentamento desta por parte do poder público das três esferas de governo, demonstram que a URBS manteve-se sólida em sua função empresarial e social no contexto em que está incluída.



2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em reais, de forma comparativa com o exercício anterior e em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as diretrizes da Lei n.º 6.404/76, atualizados pela Lei nº 11.638/2007, Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira continua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: Nota 5 – Contas a Receber, Nota 6 - Outras Contas a Receber; Nota 9 – Imobilizado e Intangível e Nota 16 – Provisões para Contingência.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial e estão refletidos no resultado do exercício.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.



2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03(R2)/2010.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

3.2 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERMISSIONÁRIOS

As contas a receber de clientes e permissionários são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

3.3 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

3.4 IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário e estão representados substancialmente por imóveis (edificações e terrenos) de propriedade da



Companhia. As depreciações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - segundo Nota Explicativa nº9.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível

Os bens do ativo imobilizado e intangível, os quais com vida útil definida, são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente, ou seja, sem a intervenção de outros ativos para esta finalidade (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas por ela gerenciadas e principalmente relacionadas principalmente a receitas de vendas de cartão transporte, locação e permissão de uso de imóveis próprios, taxas de administração do FUC – Fundo de Urbanização de Curitiba e receitas decorrentes do serviço de táxi. Desta forma a metodologia aplicada para os testes de impairment não se baseiam unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos, a ativos similares em bases equivalentes de Mercado, na data de preparação das demonstrações contábeis sendo que, com exceção de Edifícios e Terrenos, o imobilizado da Companhia está praticamente todo depreciado.



3.4 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.5 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme Nota Explicativa nº 16.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para as causas cíveis, trabalhistas, tributárias e administrativas, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 34.969.113,61 em 31 de dezembro de 2020, conforme Nota Explicativa nº 16.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 7, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações, por parte dos assessores jurídicos.

3.6 IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em base corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14, a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social correntes, são calculados com base no lucro real tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros que sejam suficientes para consumir o montante total desses tributos diferidos.

3.7 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS SOCIAIS

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.8 RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços, locação de imóveis próprios, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes, a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações



de desempenho no contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.9 APURAÇÃO DO RESULTADO, ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. O ativo circulante e à longo prazo, quando aplicável, são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. O passivo circulante e à longo prazo, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

3.10 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.



CURITIBA

Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

3.11 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES EM VIGOR

Foram emitidas e aprovadas as novas normas contábeis pelo CPC, as quais já estão vigentes e a Companhia ainda não as adotou plenamente na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, tendo em vista a necessidade de análises mais detalhadas, acerca dos efeitos da adoção dessas novas normas contábeis.

Norma	Descrição/Exigências	Impactos/Transição
CPC 06 Arrendamentos (IFRS 16)	Estabelece que arrendamentos financeiros e operacionais passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando de fora do escopo dessa nova norma apenas contratos de até 12 meses ou de pequenos montantes. Determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso/imobilizado do bem arrendado. De forma a reconhecer em resultado apenas despesas com depreciação ou amortização e não mais despesas de arrendamento. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.	A Companhia ainda não concluiu sua avaliação sobre a adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16) e o efeito sobre suas demonstrações financeiras. Preliminarmente não foi verificada a existências de contratos de locação/leasing e/ou arrendamento que estivessem subordinados plenamente aos requisitos da nova norma e ao enquadramento como arrendamento mercantil. Por outro lado, como Arrendador a Companhia possui contratos de locação e/ou sublocação de imóveis que em uma análise preliminar estão atendendo plenamente aos requisitos da norma. Não obstante, a Companhia pretende concluir de forma definitiva a análise pertinente à adoção do CPC 06 (R2) durante o exercício de 2021.



CURITIBA

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixas	133.762,67	31.477,56
Bancos	12.789,53	12.704,78
Aplicações Financeiras	12.269.700,47	9.915.879,36
TOTAL	12.416.252,67	9.960.061,70

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER

	2020	2019
Valores a receber planos comunitários	6.974.076,36	6.998.501,38
Contas a receber de permissionários	23.818.109,27	20.953.393,52
TOTAL	30.792.185,63	27.951.894,90
<u>Provisão para crédito de liquidação duvidosa</u>		
Permissionários	(17.848.530,50)	(17.848.530,50)
Planos comunitários	(6.998.501,38)	(6.998.501,38)
TOTAL PCLD	(24.847.435,84)	(24.847.435,84)
CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	5.944.749,79	3.104.459,06

A partir do exercício de 2018, a Companhia passou a efetuar registro da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referente aos saldos relativos às contas a receber, relacionado aos Planos Comunitários a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas, cujos saldos estão pendentes à longa data.

Handwritten signature/initials

Handwritten checkmark

Handwritten signature



CURITIBA

Em 31 de dezembro de 2020, a composição das contas a receber por idade de vencimento, está demonstrada da seguinte maneira:

Permissionários

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
A vencer	1.817.969,41
Vencido até 30 dias	521.241,47
Vencido de 31 a 60 dias	337.632,07
Vencido de 61 a 90 dias	245.008,13
Vencido de 91 a 120 dias	228.388,26
Vencido de 121 a 150 dias	244.329,92
Vencido de 151 a 180 dias	249.146,08
Vencido acima de 180 dias	20.161.735,93
Total	23.805.451,27

Planos Comunitários

A totalidade do saldo de R\$ 6.974.076,36 (R\$ 6.998.501,38 em 2019) se refere a valores a receber que se encontram vencidos à longa data e, dessa forma, a Companhia a partir do exercício de 2018 passou a constituir provisão para perdas em decorrência da ausência de expectativa de realização desses créditos. A composição do contas a receber por idade de vencimento, relacionados aos planos comunitários, está demonstrada da seguinte maneira:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Vencidos em 1990 a 1995	24.845,22
Vencidos em 1996 a 2000	2.476.506,92
Vencidos em 2001 a 2005	4.095.721,79
Vencidos em 2006 a 2010	362.715,20
Vencidos em 2011 a 2013	14.287,23
Total	6.974.076,36

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Considerando as características dos valores a receber relacionados aos permissionários e planos comunitários, para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram adotados os critérios de dedutibilidade, previstos na Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a legislação tributária federal (IRPJ e CSLL) e as contribuições para a seguridade social.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CURITIBA

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2020	2019
Prefeitura Municipal de Curitiba	1.140.651,23	4.214.167,27
Taxa de administração FUC	0,00	96.471,01
Contas a receber diversas	213.920,27	371.604,82
TOTAL	1.354.571,50	4.682.243,10

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais, no montante de R\$ 14.090.717,06 (R\$ 11.653.137,99 em 2019) está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências em que a Companhia é parte.

8. INVESTIMENTOS

Rubrica registra, substancialmente, os valores relativos aos terrenos e imóveis que são de propriedade da URBS, os quais estão contabilizados a valor de custo, conforme permitido pelo item 56 do pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento. Além disso, a Companhia não está divulgando e tampouco preparou qualquer tipo de análise ou laudo de avaliação a valor justo destas propriedades, conforme requerido pelo item 79 do CPC 28 – Propriedade para Investimento. A Administração da Companhia acredita que até a conclusão das demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, a referida análise será concluída.

	2020	2019
Imóveis não destinados à venda	19.395.252,49	19.395.252,49
Outros investimentos	42.200,00	42.200,00
TOTAL	19.437.452,49	19.437.452,49

Handwritten signatures and initials are present below the table, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and bottom right.



CURITIBA

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos imobilizados da Companhia estão compostos conforme tabela abaixo, a qual demonstra, nas últimas colunas, os valores das imobilizações líquidas, por classe de bens, existentes na data do encerramento do Balanço Patrimonial, no exercício social de 2020 e o imediatamente anterior:

				2.020	2.019
	Taxa anual de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Liquido	Liquido
Direito de uso linhas telefônicas	0%	19.155,70	0,00	19.155,70	19.155,70
Edificações	4%	7.955.533,78	(4.872.779,33)	3.082.754,45	3.279.600,17
Instalações	10%	97.895,62	(97.895,62)	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	10%	1.705.073,54	(1.527.167,84)	177.905,70	162.695,27
Móveis e Utensílios	10%	1.538.267,87	(1.367.906,64)	170.361,23	149.521,62
Equipamentos de computação	20%	1.914.149,61	(1.902.646,06)	11.503,55	14.980,11
Ferramentas	10%	122.493,93	(121.600,70)	893,23	1.755,79
Terrenos	0%	3.709.883,12	0,00	3.709.883,12	3.709.883,12
Terrenos (reavaliação)	0%	25.698.880,03	0,00	25.698.880,03	25.698.880,03
Veículos	20%	249.541,00	(249.541,00)	0,00	0,00
Intangível	20%	121.666,85	(118.788,10)	2.878,75	3.865,75
Outras Imobilizações	10 e 20%	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS		43.132.541,05	(10.258.325,29)	32.874.215,76	33.040.337,56

A Companhia não preparou a análise periódica quanto à vida útil e a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (análise de "impairment"), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27 – "Ativo Imobilizado". Não obstante, considerando que parte substancial do ativo imobilizado da Companhia é composto de Edificações e Terrenos (98,84%), no total de R\$ 32.491.517,60, a Administração entende que a referida análise não implicará em ajustes decorrentes de possíveis perdas relacionadas à recuperabilidade (*impairment*).

Ademais, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequentemente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais relacionadas ao transporte público municipal e gestão de ativos próprios.

[Handwritten signatures and initials]



CURITIBA

10. FORNECEDORES

A rubrica registra as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, cujo saldo está composto, substancialmente da seguinte maneira:

	2020	2019
Fornecedores diversos	13.448.209,98	15.109.456,46
Instituto Curitiba de Informática	611,81	260,98
Remessas recebidas em consignação	129.121,26	52.145,94
Honorários advocatícios (sucumbência)	(49.734,90)	(9.089,93)
SSP – Rodoferroviária	0,00	252.393,14
Serviços de terceiros	19.162,21	9.095,45
TOTAL	13.547.370,36	15.161.868,90

O saldo de fornecedores diversos, em 31 de dezembro de 2020, está composto conforme quadro abaixo, sendo que o principal saldo se refere à Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

	2020
Copel Distribuição S.A.	10.796.724,14
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.	1.774.963,45
Intersept Segurança Ltda.	620.977,10
Outros	255.545,29
TOTAL	13.448.209,98

O saldo de R\$ 10.796.724,14, se refere a parcelamento de faturas vencidas até Dezembro/2017, no montante de R\$ 16.806.843,30, que foi parcelado em 100 parcelas, das quais 37, no montante de R\$ 6.218.531,91, já foram liquidadas.

11. CONTAS A PAGAR

Correspondem aos compromissos firmados com credores diversos que em 31 de dezembro de 2020, estão compostos da seguinte maneira:

	2020	2019
Acordo judicial	7.005.768,06	4.498.168,53
Fundação Alpha	730.543,17	732.271,97
Medipar/Unimed	1.478.277,38	1.380.491,70
Shopping Popular/Rua 24 Horas	574.036,58	568.536,58
SSP – Rodoferroviária	252.393,14	252.393,14
Diversos	636,99	10.169,80
TOTAL	10.041.655,32	7.442.031,32



CURITIBA

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Registra as obrigações com impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos da Companhia, tais como: INSS e FGTS. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

	2020	2019
INSS	2.690.946,01	2.253.042,17
FGTS	143.620,45	390.594,58
TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2.834.566,46	2.643.636,75

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra as obrigações com impostos e contribuições tais como: IRRF, ISS, PASEP, COFINS, etc. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária na ordem de R\$ 7.186.470,04, relativos ao período admitido no PERT, que é dos débitos vencidos até 30/04/2017.

Assim, no exercício a Companhia efetuou o pagamento relativo à entrada no PERT, sendo o total relativo ao INSS (cujo período admitido no Programa é dos débitos vencidos até 30/04/2017), bem como a quitação das parcelas vencíveis no decorrer do exercício social.

Em 07/12/2018, a Receita Federal do Brasil-RFB publicou a Instrução Normativa nº 1855, dispondo sobre a prestação de informações para fins de consolidação de débitos no PERT, cuja consolidação resultou em liquidação de parte das dívidas com utilização de Prejuízos Fiscais acumulados, no montante de R\$ 5.512.537,15 (cinco milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e trinta e sete reais e quinze centavos).

Dos valores incluídos no PERT, Parcelamento Ordinário e Dívida Ativa, foram pagos em 2020, o valor de R\$ 3.116.107,90 (parcelas 24 a 35/145), sendo que R\$ 10.176.763,30, já haviam sido contabilizados como longo prazo após a consolidação do Programa pela Receita Federal.

[Handwritten signatures and initials]



CURITIBA

	2020	2019
IRRF	467.855,88	465.219,51
IPTU	389.082,12	389.082,12
IRPJ	1.824.542,09	1.554.305,48
CSLL	678.691,63	580.686,45
CSLL/COFINS/PIS-PASEP	163.550,38	157.530,93
PASEP	(7.245,16)	36.790,73
COFINS	308.494,56	511.880,31
ISS	(27.634,85)	35.396,71
ICMS	11.336,65	11.987,15
TOTAL CURTO PRAZO	3.808.673,30	3.742.879,39
PASEP	255.730,76	255.730,76
COFINS	1.608.260,10	1.608.260,10
TOTAL LONGO PRAZO	1.863.990,86	1.863.990,86
TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	5.672.664,16	5.606.870,25

Parcelamentos tributários

	2020	2019
INSS – PARCELAMENTO ORDINÁRIO	3.360.447,80	5.359.301,00
PERT/DÍVIDA ATIVA	101.444,11	187.850,11
TOTAL CURTO PRAZO	3.461.891,91	5.547.151,11
INSS - PARCELAMENTO ORDINÁRIO	677.143,11	677.143,11
COFINS	5.325.807,88	5.325.807,88
TOTAL LONGO PRAZO	6.002.950,99	6.002.950,99
TOTAL PARCELAMENTOS	9.464.842,90	11.550.102,10

14. OBRIGAÇÕES COM PLANOS COMUNITÁRIOS

As obrigações por planos comunitários têm como origem o convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, onde a Companhia gerencia as operações de cobrança dos valores a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



15. OBRIGAÇÕES POR REINCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 13/maio/82 foi firmado convênio entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia, com interveniência da Prefeitura Municipal de Curitiba, visando transferir ao Estado os imóveis que compunham o Terminal de Cargas na CIC (Cidade Industrial de Curitiba), em contrapartida à quitação de dívidas da Companhia.

Em razão das áreas objeto do convênio terem sido invadidas, assentando-se no local inúmeras famílias, foi procedida a sua reincorporação, através da 48ª AGE, realizada em 21/dez/01, registrando em seu passivo os valores devidos ao Governo do Estado, em razão do convênio supramencionado. Está em andamento a baixa dos valores contabilizados, tendo em vista a inexistência de dívidas perante o Governo do Estado do Paraná.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo processos de naturezas cível, tributária, trabalhista, administrativa e referentes à desapropriações. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão no montante de R\$ 34.969.113,61 (R\$ 34.978.232,25 em 2019) para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Trabalhistas	16.082.881,36	16.092.000,00
Cíveis, tributários e administrativos	18.839.587,25	18.839.587,25
Desapropriações judiciais	46.645,00	46.645,00
TOTAL	34.969.113,61	34.978.232,25

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figura no polo passivo em 139 processos de natureza trabalhista, conforme relatório dos seus assessores jurídicos.



Até 31 de dezembro de 2018 não haviam sido realizadas atualizações nos saldos relativos às contingências cíveis e trabalhistas, tendo em vista volume de ações não ser significativo e das mais variadas naturezas o que tornava inexecuível concluir acerca dessas ações até o final daquele exercício. A partir do exercício de 2019 foi iniciado o levantamento das ações em que a Companhia é parte, a fim de ter implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade de risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

A partir da conclusão de parte desse levantamento, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos, conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Processos cíveis, tributários e administrativos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 977 processos de natureza cível, tributária e administrativa, incluindo-se neste montante os processos derivados da extinta Diretran. De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente à discussão de créditos a receber, multas, indenizações por dano material e moral, entre outros.

Assim como as contingências trabalhistas, até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências cíveis, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, que carecia da conclusão dos trabalhos de levantamento das ações em que é parte, a fim de ser implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade e risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

No entanto, a partir do exercício de 2019, com base na conclusão de parte desse levantamento e considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências cíveis, tributárias e administrativas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and center.



Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou pouco provável, conforme demonstrado abaixo:

	2020
Trabalhistas	16.753.000,00
Cíveis, tributários e administrativos	66.252.762,04
Ação Civil Pública Ministério Público Estadual	8.657.236.823,29
TOTAL	8.740.242.585,33

Dentre as ações cíveis classificadas como risco de perda possível, figura a ação movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, a partir da deflagração da "OPERAÇÃO RIQUIXÁ", em 2017, conduzida pelo GAECO (Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado) e GEPATRIA (Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e Combate à Improbidade Administrativa) do Núcleo Regional de Guarapuava, na qual se investiga suposta fraude na licitação do transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de Curitiba, Edital nº 005/2009 – Concorrência Pública. O Ministério Público do Estado do Paraná requereu, entre outros pedidos, a declaração da nulidade integral do procedimento licitatório deflagrado pelo edital de concorrência nº 005/2009-URBS, bem como dos contratos nº 084/2010, nº 085/2010 e nº 086/2010, em decorrência da suposta fraude à licitação e restrição da competitividade no processo referente à concessão para operação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Curitiba.

Atualmente, no processo (Autos n.º 0004062-26.2018.8.16.0004) há sentença emanada pela 3ª. Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, declarando a Decadência do direito da ação do Ministério Público, contudo, sem trânsito em julgado até o momento.

Conclusão dos levantamentos e catalogação das ações

A atual Administração acredita, apoiada na opinião do seu Departamento Jurídico e de demais assessores, que nas Demonstrações Financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, estará concluída tanto a catalogação de todos os processos, bem como, a avaliação individual dos processos de acordo com o pronunciamento contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que trata das contingências ativas e passivas, com o fim de possibilitar o reconhecimento contábil em sua totalidade, cuja análise jurídica, considere perda provável da ação, podendo, inclusive, que o total já provisionado no montante de R\$ 34.978.232,25 seja alterado.



17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

- a) Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 84.144.961,00 (oitenta e quatro milhões cento e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um reais), está dividido em 84.144.961 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.
- b) Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 31.12.2020, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 2.466.858,00 relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Prefeitura do Município de Curitiba. Desse montante, R\$ 1.500.00,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), ingressou durante o exercício de 2019 mediante aporte do acionista majoritário (Prefeitura do Município de Curitiba) e o restante foi contabilizado mediante transferência do saldo da Reserva Para Aumento de Capital, no montante de R\$ 966.858,00 cujo saldo aguarda aprovação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração para ser incluído na conta de Capital Social Realizado.
- c) Reservas de reavaliação: Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, principalmente relacionado à edificações e terrenos, contabilizada no balanço de 2016, conforme Nota Explicativa nº 9.
- d) Lucro (prejuízo por ação): O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Do montante total registrado em Outras Contas a Receber (Nota Explicativa nº 6), o valor de R\$ 1.247.039,68 (R\$ 4.310.638,28 em 2019) refere-se a transações realizadas com partes relacionadas que em 31 de dezembro de 2020 estão compostas da seguinte maneira:

	2020	2019
Prefeitura Municipal de Curitiba	1.247.039,68	4.214.167,27
Fundo de Urb. de Curitiba - FUC	0,00	96.471,01
TOTAL	1.247.039,68	4.310.638,28

19. PLANO DE PENSÃO

Mediante Deliberação da CVM nº 371, de 13/dez/00, que aprovou o Pronunciamento NPC nº 26 do IBRACON sobre a contabilização de benefícios a



empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes destes benefícios foram instituídas e obrigatoriamente aplicadas para exercícios iniciados a partir de 01/jan/02.

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Alpha de Previdência e Assistência Social, entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil, com a finalidade de suplementar os respectivos benefícios previdenciários. Entretanto, devido à inexistência de déficits e responsabilidades correlatas da (planos de contribuição e/ou benefícios definidos) Companhia à referida Fundação, nenhum provisionamento foi constituído.

Com relação aos valores repassados pela Companhia, conforme controles e resposta de carta de circularização, à Fundação Alpha em 2020 foi de R\$ 1.821.889,62 (R\$ 1.833.786,80 em 2019) para formação das reservas dos funcionários optantes no referido plano.

	2020	2019
Reservas Matemáticas	188.485.728,80	177.648.431,75
Superávit Técnico Acumulado	10.457.545,39	14.421.035,15
Superávit (déficit) Técnico ao Ano	(3.963.489,76)	8.357.102,20

20. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

ew Bm ✓



CURITIBA

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias, além da informada abaixo:

- a) Composição dos Saldos: Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 estão identificados a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
<u>Disponibilidades e recebíveis</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	12.416.252,67	9.960.061,70
Contas a receber de clientes	30.792.185,63	27.951.894,90
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(24.847.435,84)	(24.847.435,84)
Outras contas a receber	1.354.571,50	4.682.243,10
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	13.547.370,36	15.161.868,90
Contas a pagar	10.041.655,32	7.442.031,72
Outras contas a pagar	10.207.971,12	8.337.280,30

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes e outras contas a receber: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

c) Gerenciamento de Risco:

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito

Risco de Liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto os parcelamentos tributários e demais obrigações sociais e tributárias, são exigíveis em curto prazo.

Risco de Crédito: deriva da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

er R

✓

J



CURITIBA

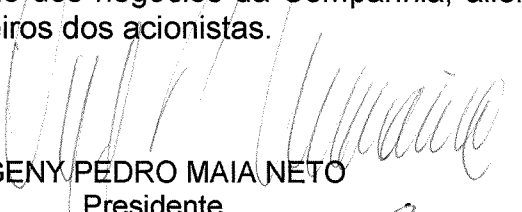
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

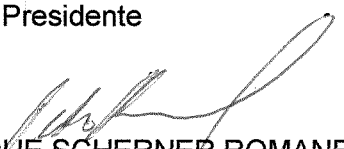
Abaixo, está demonstrada a receita operacional bruta dos anos de 2020 e 2019:

	2020	2019
Receitas de locação	38.385.069,57	48.245.829,61
Receitas de administração	24.464.966,54	35.199.641,50
Receitas de serviços de táxi	1.737.684,20	4.848.665,91
Receitas de prestação de serviços	2.624.042,71	4.580.442,30
Receita com vendas	124.770,50	381.033,09
TOTAL RECEITA OPERACIONAL BRUTA	67.336.533,52	93.255.612,41
(-) Impostos e contribuições s/ receitas	(6.441.958,93)	(8.618.897,95)
(-) Descontos incondicionais	(1.920,50)	(2.682,70)
TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.443.879,43)	(8.621.580,65)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	60.892.654,09	84.634.031,76

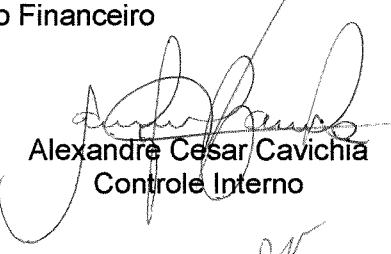
23. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia. Entretanto, a apresentação de contínuos prejuízos operacionais, deficiência de capital de giro e elevações do endividamento são indicadores que dificultam a Administração na manutenção e ampliação de suas atividades. A continuidade operacional e o equacionamento do passivo financeiro da Companhia dependerão de buscar fontes alternativas de recursos, da reestruturação dos negócios da Companhia, alienação de ativos e aporte de recursos financeiros dos acionistas.


OGENY PEDRO MAIA NETO
Presidente


PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL
Diretor Administrativo Financeiro


Valêncio dos Anjos Narlok
Contador - CRC-PR nº 59.666/O-0


Alexandre Cesar Cavichia
Controle Interno



URBS – Urbanização de Curitiba S/A

Relatório da Diretoria 2020

APRESENTAÇÃO

A URBS, controlada pelo Município de Curitiba, o qual possui 99,92% de suas ações, é a empresa responsável pelas ações estratégicas de planejamento, operação e fiscalização dos serviços de transporte coletivo, táxis, transporte escolar, fretamento e motofrete, além do gerenciamento e administração de equipamentos urbanos instalados em espaços públicos (bancas de revistas, quiosques, Centro Comercial Rui Barbosa, Mercado Municipal Capão Raso, Lojas #CuritibaSuaLinda, etc.).

Aos 56 anos, a URBS ganhou uma nova identidade visual. O símbolo da empresa, em U, foi inspirado no formato das ruas, remetendo a movimento e mobilidade. A ideia é passar a imagem de que a empresa transporta mais que pessoas, transporta o futuro da cidade.

AVANÇOS E DESTAQUES – TRANSPORTE COLETIVO

O sistema de ônibus expressos de Curitiba que deu origem ao BRT (Bus Rapid Transit - Transporte Rápido por Ônibus) está entre os 50 projetos mais influentes do mundo nos últimos 50 anos, segundo ranking elaborado pelo Project Management Institute PMI - Instituto de Gerenciamento de Projetos.

Aquisição, em 2020, de 268 veículos novos, equipados com motor EUROV, o menos poluente do mercado e conta com câmeras de apoio ao condutor com diversas inovações agregadas. No acumulado, desde dezembro/2007 já somam 535 veículos adquiridos.

Foram ampliados os pontos de venda de créditos para o cartão transporte, em fevereiro os terminais Barreirinha, Cabral, Bairro Alto, Santa Felicidade, Campo Comprido, CIC, Capão da Imbuia e Carmo também passaram a vender créditos do sistema de transporte coletivo de Curitiba, antes a recarga já podia ser feita nos terminais Santa Cândida e Pinheirinho. Outra opção disponibilizada desde maio deste ano para recarga de crédito de transporte foi a Rede de Supermercados Condor (Filiais Pinheirinho, Campo Comprido, Santa Cândida e Cajuru). O usuário ainda pode comprar seus créditos por meio de aplicativos digitais (RecargaPay, Qiwi, Mercado Pago), a partir do celular e com cartão de crédito.

[Handwritten signatures and initials]

9



Manutenção, por equipes próprias da URBS, de 115 câmeras e 109 PMV's avariados de Terminais e Estações Tubo.

Todas as estações-tubo, terminais e ônibus já contemplam a instalação dos novos validadores, os quais possibilitarão uma série funcionalidades para os passageiros, como o pagamento da passagem com cartões de débito e crédito, relógios inteligentes e celulares, além da biometria facial para o reconhecimento, evitando fraudes na utilização dos cartões de estudantes e de isentos. Os novos validadores também vão permitir avanços na integração temporal, com a possibilidade de efetuar a troca de linhas de ônibus com o pagamento de apenas uma tarifa, sem a necessidade de estar em um terminal de integração, desde que realizada dentro de um intervalo de tempo, dentre outras funcionalidades.

Em janeiro foi inaugurada a nova Estação-Tubo Vale do Pinhão, que fica na Av. Iguaçu, próximo ao cruzamento com a Rua João Negrão, no bairro Rebouças. Em maio, começou a funcionar a Estação Tubo PUC-Linha Verde, um mini terminal de transporte que vai atender o eixo norte da via. A Prefeitura iniciou em 2020 as obras para a futura implantação do Ligeirão Norte/Sul, que vai circular desde a Praça do Japão até o Terminal Pinheirinho.

As Estações-tubo Praça Oswaldo Cruz - sentido Santa Cândida, Praça Rui Barbosa - sentido Bairro Novo, Sebastião Paraná - sentido Capão Raso, Kennedy - ambos os sentidos e Terminal Hauer - sentido Boqueirão passaram por recuperação da subestrutura metálica de sustentação e troca total do piso.

Em fevereiro foi implantada a oitava faixa exclusiva em um trecho de 700 metros da Rua Imaculada Conceição até a Linha Verde (BR-476), reduzindo o tempo de deslocamento de quem utiliza as linhas de ônibus Interbairros V, Universidades, Guabirota, Uberaba, Canal Belém e PUC/Rodoferroviária, além da linha metropolitana Curitiba/Fazenda Rio Grande.

No período de 15/10 a 19/12, a Linha Turismo esteve com a tarifa especial para moradores de Curitiba. O benefício valia para terças, quartas e quintas-feiras, e era exclusivo para pagamento com cartão usuário do sistema de transporte da capital.

Em dezembro as linhas 661-V. Lindóia; 662-Dom Ático; 666-Novo Mundo; 860-V. Sandra e 870-São Braz também passaram a ter a tarifa reduzida fora do horário de pico. Com isso, já são 11 linhas beneficiadas com a tarifa reduzida (Solar, São João, Tingüí, Ahú/Los Angeles, Santa Bárbara, São Bernardo, V. Lindóia, D. Ático, Novo Mundo, V. Sandra e São Braz).

A partir de março, 34 linhas de transporte coletivo passaram a utilizar micro-ônibus em vez de veículos comuns, aos sábados e domingos. A medida foi motivada pela redução da demanda de passageiros dessas linhas aos fins de semana.



Equipes da Guarda Municipal intensificaram as operações no transporte coletivo com rondas preventivas, evitando furtos e violência contra os usuários e operadores dos coletivos, realizando operações estratégicas em estações-tubo e terminais, além de abordagens no transporte coletivo para identificar “fura-catracas” (passageiros que entram no ônibus sem pagar a passagem). As câmeras de monitoramento nos novos ônibus reforçaram ainda mais a segurança.

Com a diminuição da circulação de pessoas na cidade, causada pela pandemia do coronavírus, ocorreu uma queda acentuada no número de passageiros desde março. Com isso, houve a alteração na tabela do sistema de transporte coletivo da capital, passando a funcionar nos dias de semana com tabela de sábado e nos fins de semana com horários de domingo, com monitoramento constante e frota reserva de prontidão, capacitada a entrar rapidamente em funcionamento caso seja detectado movimento atípico em alguma linha. A partir de junho os ônibus de Curitiba começaram a circular com ocupação máxima de 50% e em outubro com 70%, para manter o distanciamento social entre os passageiros e evitar contaminações.

A partir de junho, começou a circular a linha Expresso Exclusivo Saúde, para transportar profissionais e empregados do setor da saúde e, ainda, todos os terminais de Curitiba contam com termômetros digitais para medição da temperatura.

A Lei Municipal 15.627/20 implantou o regime emergencial de operação e custeio do transporte coletivo e prevê exclusivamente o aporte de custos variáveis e administrativos (como combustíveis e lubrificantes, conforme a quilometragem rodada), tributos (ISS, taxa de gerenciamento e outros) e com a folha de pagamento dos trabalhadores do sistema, incluídos plano de saúde, seguro de vida e cesta básica; garantindo o empregos dos funcionários das empresas de ônibus da capital.

O Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba conta atualmente com 254 linhas urbanas operadas por 03 (três) Consórcios de empresas privadas que disponibilizam uma frota operante de 951 ônibus de diferentes padrões e capacidades. As linhas realizam, em média, por dia, 10.233 viagens, percorrendo mais de 218 mil km e transportou, em média, 882.021 passageiros por dia útil.

Neste ano foram emitidos 71.605 novos cartões na modalidade Usuário e 7.847 cartões na modalidade Estudante. Esse último confere ao usuário o benefício do Passe Escolar, que proporciona a aquisição de passagens pela metade do preço. Atualmente, 7.847 estudantes são beneficiários do Passe Escolar. Além disso, o sistema conta também com 217.111 cartões ativos na modalidade Isento, que confere gratuidade no transporte para pessoas idosas acima de 65 anos, pessoas com deficiência, aposentados por invalidez, agentes de fiscalização e operadores do sistema (motoristas, cobradores, etc.). A partir do dia 8 de junho deste ano os usuários do transporte coletivo de Curitiba puderam contar com mais uma comodidade para fazer seu cartão-transporte, o URBS Móvel, um micro-ônibus adaptado que percorre a cidade e oferece o serviço para a população cada dia em um endereço diferente, em dias úteis das 11h às 17h.



A utilização de cartão transporte para o pagamento da tarifa representou 67,85% do total de tarifas pagas ao sistema mensalmente.

O sistema de integração temporal, disponível em diversas linhas e nas estações da Linha Verde, permite que o cidadão utilize outra linha de ônibus sem a cobrança de uma segunda tarifa e sem a necessidade de trocar de linha dentro de um terminal ou estação-tubo, apenas utilizando o cartão transporte. Foram beneficiados 322.310 usuários durante o ano.

O sistema de integração entre Terminais de Transporte e Ruas da Cidadania conta com a utilização do cartão transporte para conexão entre esses equipamentos. Esse procedimento facilitou o acesso aos serviços públicos disponibilizados nas Ruas da Cidadania e vem permitindo maior controle de passageiros que utilizam ambos os serviços e beneficiou durante o ano, 60.657 usuários.

A equipe de vistoriadores da URBS realiza inspeções periódicas em todos os veículos do Transporte Coletivo de Curitiba de forma a garantir as condições de qualidade e segurança dos serviços prestados. Em 2020, foram realizadas 2.753 inspeções veiculares.

As equipes de fiscalização estão mobilizadas para garantir que sejam cumpridas as medidas necessárias para a contenção da disseminação pelo Covid-19. O foco é preventivo, com orientações diárias aos usuários do transporte coletivo sobre as medidas de segurança para evitar aglomeração e da obrigatoriedade do uso de máscaras. Os fiscais orientam também as empresas de ônibus e o SETRANSP para intensificarem diariamente a higienização da frota quando o veículo recolher à garagem, sobre a necessidade de distanciamento de motoristas e cobradores dos demais usuários no interior do veículo, segregando os bancos próximos a estes operadores com correntes de isolamento e também quanto à disponibilização de álcool gel 70% aos operadores. Acompanham a operação diária do transporte coletivo, monitorando as linhas de ônibus, movimentação de passageiros e liberação de veículos especiais que ficam à disposição e podem ser utilizados em linhas que haja necessidade, com o objetivo de controlar a lotação máxima de 50% da capacidade dos veículos na saída dos terminais. Priorizam o embarque dos profissionais que atuam em hospitais de Curitiba, fazem pesquisa junto aos operadores sobre a lotação no trajeto da linha (Bairro/Terminal e Terminal/Bairro) e nas estações-tubo. Fiscalizam o cumprimento do distanciamento social, orientam e fazem distribuição de máscaras e folders aos usuários e afixaram banners e cartazes sobre o assunto. Acompanham a linha Exclusiva Saúde com viagens às 6h e 7h, saindo do Terminal Pinheirinho e às 18h20min e às 19h20min saindo da Praça Rui Barbosa. Acompanham também a sanitização pelo Exército em veículos, terminais do transporte coletivo e nos pontos de parada com mobiliário urbano metálico.



Mesmo com todas estas atribuições, até setembro foram emitidos 3.683 autos de infração ao regulamento do transporte coletivo, que podem ser objeto de até dois recursos pelas operadoras, ou também de medidas saneadoras que podem ou não ser aceitas pela URBS em troca da multa pecuniária.

As equipes de fiscalização de campo, com cerca de 140 fiscais, ainda acompanharam 441 ações especiais como orientação em desvios de itinerários, atendimento em acidentes e eventos de grande porte, totalizando o número de 1.555 efetivos disponibilizados para atender estes eventos.

SERVIÇOS DE TÁXI

Os serviços de táxi contam atualmente com uma frota de 2.550 veículos, sendo 2.420 tipo convencional, 116 tipo executivo, 11 tipo compartilhado de uso convencional e 3 tipo especial para taxistas com deficiência. A frota tem idade média de 3,71 anos.

No segmento de Transporte Escolar, o serviço conta atualmente com 930 veículos cadastrados. Quanto ao serviço de transporte remunerado de passageiros de natureza privada, também conhecido como Fretamento, são atualmente 175 veículos cadastrados.

Já para a execução de serviços de motofrete, atualmente são 1.350 motocicletas cadastradas e 938 condutores regularmente registrados como motofretistas.

Foram realizadas 1.997 inspeções em táxis, 1.109 em veículos do transporte escolar, 183 em veículos utilizados para as atividades de fretamento e 466 para o serviço de motofrete.

ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS

A URBS responde atualmente pela gestão de 1.054 permissões de uso relacionadas a espaços e equipamentos urbanos, tais quais bancas de revista e quiosques instalados por toda a cidade, boxes da Rua da Cidadania Matriz, espaços comerciais localizados nos terminais da RIT, no Mercado Municipal Capão Raso, no Centro Comercial Rui Barbosa, nas Ruas da Cidadania, Rua 24 horas, em logradouros públicos e na Rodoviária de Curitiba. Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, ações de ajuda aos permissionários para atravessar o período de dificuldades foram tomadas, incluindo a redução de 50% do valor da permissão de uso dos meses de abril a novembro, a isenção da permissão de uso para os locais que foram obrigados a manter o seu equipamento fechado em face de decretos municipais.



A URBS administra os estacionamento do Centro Comercial Rui Barbosa, Mercado Municipal Capão Raso e Rodoviária, onde foram atendidos 116.725, 68.377 e 102.046 usuários, respectivamente. O estacionamento do Mercado Municipal Capão Raso foi terceirizado em março deste ano onde a empresa G.J. de Sousa Júnior Serviços e Estacionamento, vencedora da licitação, explora o estacionamento e faz um repasse mensal de 65% sobre o valor faturado. Gerencia e opera os sanitários públicos de Curitiba, localizados no Terminal Guadalupe, Praça Osório, Rua da Cidadania da Matriz, Parque Barigui, Arcadas do Pelourinho e Arcadas de São Francisco. Esses equipamentos registraram o atendimento a 311.588 usuários.

Atua ainda na gestão de contratos de concessão, como o do Novo Mobiliário Urbano, da Rua 24 Horas, do Centro de Eventos Expo Renault Barigui, da Mídia Embarcada, dentre outros. Devido à pandemia do Covid-19, foi lavrado aditivo para pagamento de 25% sobre o faturamento bruto, com início a partir de março/2020 e duração até o fim do estado de calamidade em Curitiba.

Na Rodoviária, foram registrados 1.992.612 embarques, desembarques e passageiros em trânsito, cabendo ressaltar que, devido a pandemia coronavírus, houve redução em torno de 70% em relação a 2019.

As lojas da rede #CuritibaSuaLinda, que comercializa souvenirs artesanais com temas da capital, bem como vestuário, bijuterias, decoração, utilidades domésticas, livros, papelaria e brinquedos, a rede já conta com 5 lojas localizadas no Palacete Wolf, Torre Panorâmica Oi, Mercado Municipal, Espaço Cultural Davi Carneiro e Jardim Botânico.

Inauguração, em junho, do Mercado Municipal Capão Raso, após renovação do antigo Shopping Popular. O equipamento possui uma área de 12 mil metros quadrados e 100 lojas. Além do comércio em geral, tem seis bancas de hortifrutigranjeiros, quatro quiosques, dois caixas eletrônicos e um estacionamento, com 122 vagas, que foi todo modernizado e agora conta com um espaço para eventos denominado Largo Arquiteto Ceneviva. Dentre as melhorias ocorridas, citamos a troca do telhado, instalação de novas janelas para melhoria da ventilação do local, troca do mobiliário da praça de alimentação, nova pintura externa e interna, instalação de novos toldos nas entradas, paisagismo, iluminação, dentre outras.

O EstaR Eletrônico entrou em vigor em março e facilitou a vida dos usuários, permitindo a compra de créditos por aplicativos, para a utilização das vagas rotativas. O aplicativo avisa quando o prazo de estacionamento estiver se encerrando, dando a opção de renovar por mais um período, caso não exceda o limite máximo do setor onde o veículo estiver estacionado, de acordo com a sinalização existente. Os créditos agora podem ser fracionados de 15 em 15 minutos. O usuário também pode adquirir créditos de estacionamento em via pública, em estabelecimentos comerciais credenciados para fazer a venda.

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

O Projeto Cidadania Jovem – Informar para Formar tem como público alvo crianças do 5º ano do Ensino Fundamental das Escolas Municipais. Foram contabilizados em 2020 03 (três) eventos, com a participação de 114 estudantes e, devido à Pandemia Covid 19, os atendimentos foram suspensos. Durante a gestão já foram contabilizados 75 eventos com a participação de 4.181 estudantes.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Os serviços prestados pela URBS responderam pelo registro de 16.299 protocolos na Central 156 e em torno de 2,9 milhões de informações ao cidadão via telefone.

Foram prestados, pela Ouvidoria da empresa, 517 atendimentos envolvendo demandas da população e segmentos específicos. Além disso, foram enviados pela Câmara de Vereadores 14 Projetos de Lei para análise técnica e 165 pedidos de informação, os quais foram respondidos pelas equipes técnica e jurídica da URBS e encaminhados via Ouvidoria.

A Área de Tecnologia da Informação registrou cerca de 14,2 milhões de acessos ao portal eletrônico da URBS.

Em atendimento ao que preconiza a Lei de Acesso à Informação, a URBS recebeu e respondeu 321 solicitações que versavam, em sua grande maioria, sobre o gerenciamento do Transporte Coletivo de Curitiba, no intuito de garantir a transparência em seus atos, disponibilizando ao cidadão todas as informações relacionadas ao controle, estrutura e funcionamento dos serviços públicos por ela gerenciados.

DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A Receita Operacional diminuiu cerca de 28% em relação a 2019, e representou a monta de R\$ 67,3 milhões. A receita auferida é oriunda, principalmente, das operações relacionadas ao gerenciamento do transporte coletivo, administração da Rodoviária e da exploração comercial de permissões e equipamentos urbanos. Os parcelamentos de tributos Federais e com a Copel estão sendo pagos rigorosamente em dia.

Ao final do exercício, a empresa apurou prejuízo contábil na monta de R\$ 11,3 milhões.

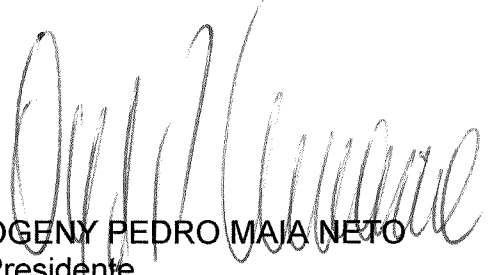
No tocante ao PDI - Plano de Demissão Incentivada de setembro/2017, os desembolsos findaram-se em agosto/2019 e do PDI de novembro/2017, em novembro/2020, o que, representa uma economia mensal em torno de R\$ 1,5 milhão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Direção da URBS agradece a confiança e o apoio do Poder Executivo Municipal, bem como, das equipes das Secretarias e de outros órgãos da administração municipal. Também reconhece as importantes contribuições dos membros da Sociedade e dos Conselhos de Administração e Fiscal. Por fim, consigna o seu reconhecimento aos colaboradores da URBS pelo trabalho comprometido e dedicado à causa pública.

Curitiba, 30 de março de 2021.


OGENY PEDRO MAIA NETO
Presidente


PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL
Diretoria Administrativa e Financeira


ALDEMAR VENANCIO MARTINS NETO
Diretor de Operações


VALÊNCIO DOS ANJOS NARLOK
Contador – CRC/PR nº 059.666/O-0